

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.012 - SP (2019/0096662-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : MARIA CRISTINA OLIVEIRA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : FERNANDO DE OLIVEIRA GERIBELLO - SP039229
EMBARGADO : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -
SP273843

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão por meio da qual determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que permaneçam sobrestados até o julgamento do mérito do tema 1.016/STJ.

Em seu recurso, o embargante apontou a existência de omissão na decisão ora embargada, visto que “o caso “sub examine” NÃO versa sobre aumento por faixa etária, MAS SIM sobre o descumprimento e negativa de vigência do ESTATUTO DO IDOSO; DA LEI CONSUMERISTA; DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO; DO CÓDIGO CIVIL E DA CARTA MANDAMENTAL, face ao AUMENTO imposto à EMBARGANTE AOS 62 (SESSENTA E DOIS) ANOS DE IDADE”.

A parte embargada, regularmente intimada, pugnou pela manutenção da decisão.

Assim posta a questão, destaco que não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter o acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva a decisão de nulidade.

Quanto à alegada omissão, anoto que as apontadas contrariedades à lei federal se relacionam justamente com a questão de mérito afetada ao tema 1.016/STJ, qual seja, "(a) validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e (b) ônus da prova da base atuarial do reajuste".

Verifico, assim, que o embargante pretende, sob o pretexto de existência

de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).

3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora